

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.694 - MG (2019/0094537-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : GILMAR MIGUEL DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **GILMAR MIGUEL DA SILVA** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Extraí-se dos autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, IV, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos do acórdão de fls. 71-78 (e-STJ).

O recorrente alega, em suma, ausência de fundamentação no decreto cautelar, tendo em vista que encontra-se baseada na gravidade abstrata do delito.

Requer a concessão do provimento recursal, liminarmente, para que aguarde o julgamento deste recurso em liberdade e, no mérito, para que seja revogada a prisão preventiva ou substituída por medidas cautelares diversas da prisão.

**É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

*In casu*, verifica-se que o recorrido não foi intimado para apresentar contrarrazões ao recurso.

Dessa forma, por medida de economia e celeridade processual, intime-se o recorrido para oferecer contrarrazões ao recurso de fls. 87-95 (e-STJ) perante esta Corte.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Cumpridas as diligências acima referenciadas, retornem os autos conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator